

ATA DA 043ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Afirma que os bancos precisam ter segurança privada para impedir os roubos de caixas eletrônicos.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Destaca a posição de Bom Jardim da Serra como o município número 1 do Brasil em gestão fiscal.

DEPUTADO ALTAIR GUIDI (aparte) - Afirma que os municípios catarinenses precisam avançar mais em gestão fiscal.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Ressalta a gravidade da falta de segurança pública no estado.

Explicação Pessoal

DEPUTADO VALMIR COMIN - Manifesta-se a favor da redução do número de SDRs.

DEPUTADO NEODI SARETTA (aparte) - Apóia a posição do deputado Valmir Comin.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Critica o modelo das secretarias de Desenvolvimento Regional.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Opina que o governo deve rever o modelo das SDRs.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Ressalta que a PEC será votada na sessão da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham através dos nossos meios de comunicação, vou abordar um assunto que praticamente acontece dia sim, dia não: os arrombamentos de caixas eletrônicos que são instalados em vários locais, inclusive em bancos, fruto da era digital, que permite que movimentemos eletronicamente recursos financeiros.

Lembro-me que há dez anos ou 12 anos, quando eu era deputado federal, havia um movimento muito grande por parte dos bancários que eram contrários à instalação de caixas eletrônicos, à digitalização do sistema, porque isso significaria uma queda do número de empregos nesse setor.

Então, no meu entendimento, o arrombamento dos caixas eletrônicos é responsabilidade exclusiva dos bancos. Por que a Polícia Militar ou a

sociedade têm que utilizar pessoas que poderiam estar fazendo a segurança em outros lugares para cuidar de bancos?

Todos os brasileiros acompanharam pela imprensa as notícias dando conta de que os bancos arrecadaram, no ano passado, R\$ 194 bilhões em juros. Considerando que somos 190 milhões de brasileiros, é a mesma coisa que dizer que cada brasileiro pagou, de juros, R\$ 1 mil por ano. O lucro dos bancos foi de mais de 25%, mas estão reclamando do arrombamento dos caixas eletrônicos e exigindo policiamento público para proteger seu patrimônio!

Não sou a favor do arrombamento dos caixas eletrônicos, muito pelo contrário! Mas por acaso na sua rua há algum policial cuidando do seu patrimônio? Não, ele está rodando pela cidade. Ele cuida da segurança de maneira geral e da mesma maneira pode até cuidar do banco. Mas quem deve cuidar do patrimônio do banco deve ser o próprio banco, porque o seu lucro não é dividido com ninguém. Os bancos possuem recursos, sim, para instalar um sistema de vigilância permanente e para ter alguém cuidando do sistema.

O Projeto de Lei n. 0103/2012, cujo autor é o deputado Darci de Matos, ao qual foi apensada proposição de autoria da então deputada estadual Ideli Salvatti, que se transformou na Lei n. 10.505, que dispõe sobre a segurança para o funcionamento de estabelecimentos financeiros e dá outras providências, diz que fica vedado o financiamento dos estabelecimentos financeiros que não possuam, concomitantemente, o sistema de segurança elencado nessa lei. Quer dizer, teoricamente, o banco não pode funcionar se não colocar um sistema que proteja o seu patrimônio, mas o dinheiro que está depositado na conta é do banco e cabe ao mesmo fazer a sua proteção e não ao estado.

Resumindo, ressalto que os bancos devem cumprir aquilo que prevê a lei; assim, onde há caixa eletrônico deve haver segurança.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, assomo à tribuna nesta manhã para repercutir notícia publicada no *Diário Catarinense*, que destaca o município de Bom Jardim da Serra como o de melhor gestão no Brasil. O município administrado pelo prefeito Ilton Luiz Machado é o município número 1 do Brasil.

A coluna da Mayara Rinaldi, de 7 de maio, diz o seguinte:

(Passa ler.)

"Cofres Públicos

Santa Catarina está no topo em gestão municipal. Pesquisa nacional destaca desempenho de prefeituras do estado. Bom Jardim da Serra é a líder.

Santa Catarina aparece em primeiro na lista do Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão (IRFS) de 2010, da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), divulgado neste final de semana.

O estado teve a melhor média entre os 27 da Federação, e a cidade de Bom Jardim da Serra ficou em primeiro lugar no *ranking* de municípios de todo o país.

O índice da CNM varia entre 0 e 1 e está dividido em três subíndices: fiscal, gestão e social. A avaliação fiscal considera endividamento, suficiência de caixa, gasto com pessoal e superávit primário. A gestão leva em conta custeio da máquina, investimento, custo do legislativo e custo *per capita* do Legislativo. O subíndice social avalia gastos com educação e saúde.

A média nacional em 2010 foi de 0,479 - há uma pequena queda em relação a 2009, que foi de 0,490. Na avaliação geral, duas das áreas analisadas

tiveram desempenho negativo. Enquanto a média fiscal aumentou de 0,492 para 0,501, a gestão caiu de 0,426 para 0,413 e a social de 0,553 para 0,522.

A média catarinense foi de 0,525, seguida pelo Rio Grande do Sul (0,517) e por São Paulo (0,506). O município de Bom Jardim da Serra obteve a média de 0,635 (24,5% de crescimento em relação ao ano anterior) e está entre os 30 do país que mais avançaram. O melhor desempenho da cidade foi no critério fiscal, com índice de 0,961.”[sic]

Portanto, é gratificante porque a Lei de Responsabilidade Fiscal veio para ficar. E no âmbito de mais de cinco mil municípios da federação, ter um município catarinense, administrado hoje por um progressista, o companheiro Ilton Luiz Machado, no topo do *ranking*, realmente eleva o nome de Bom Jardim da Serra no cenário nacional e, conseqüentemente, eleva o estado de Santa Catarina diante dos demais estados da federação.

O Sr. Deputado Altair Guidi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não, v.exa. foi prefeito do município de Criciúma e lá desenvolveu uma grande gestão.

O Sr. Deputado Altair Guidi - Deputado Valmir Comin, lamento esses índices porque a nota máxima é 1,0, e ninguém alcançou 1,0. Nós somos os melhores dentre os piores, e isso é lamentável, pois acredito que 0,6 está bem distante de 1,0.

Nós temos que avançar, principalmente nós, em Santa Catarina. Nossos índices são os melhores na Educação e na Saúde, mas novamente somos os melhores entre os piores. Nós temos que avançar muito, pois temos potencial para tanto!

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Eu agradeço ao deputado Altair Guidi por suas considerações.

A matéria do *Diário Catarinense* traz também a opinião de alguns moradores do município de Bom Jardim da Serra.

(Passa a ler.)

“Soube da conquista pelo jornal e até fiquei surpreso. Isso levanta a autoestima da população e desperta o interesse dos empresários para investirem aqui.” (Leo Argevi Machado Vieira - 51 anos - professor)

“Ouvi falar da conquista, e é uma pena uma cidade como esta não se desenvolver mais. Falta muita coisa, claro, mas é um ótimo lugar. Em termos de qualidade de vida, aqui é perfeito.” (Maria Von Semenoff - 57 anos - proprietária de pousada)

“É motivacional. Mas há bastante a melhorar. Como aqui é a capital das águas, e o esgoto vai para os rios, sugiro que as economias sejam investidas em saneamento e estradas.” (Plabo Macedo - 31 anos - bancário) “[sic]

É evidente que há necessidade de mais investimentos não só em Bom Jardim da Serra, mas em todos os 293 municípios do estado de Santa Catarina. Mas é preciso destacar a responsabilidade, o compromisso e o zelo com o dinheiro público, o dinheiro do cidadão comum, que paga impostos, que todo administrador público deve ter.

Por isso, é preciso enaltecer e parabenizar a administração municipal de Bom Jardim da Serra, pelo reconhecimento nacional ao seu bom desempenho em gestão fiscal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Registramos a presença de inúmeros joinvilenses nesta Casa, que estão representando os mais diversos segmentos da sociedade, em especial o presidente da Câmara de Vereadores, o presidente da Acij, nosso querido amigo Udo Döhler, o meu amigo Nego, da *Pizzaria do Nego*, que também faz parte da comitiva, e a Ajorpeme.

Agradecemos a presença de todos e desejamos que se sintam à vontade.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra, por até 14 minutos, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, quero fazer uma saudação especial aos meus amigos de São Miguel d'Oeste aqui presentes: Alfredo, Célio e Jucimar.

Ouvi atentamente as palavras do deputado Serafim Venzon a respeito dos problemas com os caixas eletrônicos, e o problema é bem mais grave do que imaginamos. O deputado Serafim Venzon falava sobre a obrigatoriedade de os bancos colocarem vigilantes permanentes em todos os locais onde haja caixa eletrônico em funcionamento.

Infelizmente, neste final de semana tivemos mais um roubo, desta feita ao caixa eletrônico instalado no Detran, tendo o guarda que estava no local sido rendido pelos marginais. A audácia, a violência dos marginais, é muito grande, é descabida, deputado Kennedy Nunes.

Depois de ler as matérias dos jornais dos últimos dias, quero enaltecer a atuação tanto da Polícia Militar, que tem realizado algumas prisões, quanto da Polícia Civil, que desbaratou uma quadrilha perigosa. Numa ação anterior, essa mesma quadrilha, no município de Penha, entrou em confronto com a Polícia, e um marginal morreu.

Os delegados da Deic têm trabalhado bastante, e cito o delegado Diego Azevedo, da divisão de Furtos e Roubos, o delegado Cláudio Monteiro, da delegacia de Tóxicos, que vinha trabalhando nessas investigações, assim como toda a equipe da Deic que está mobilizada nessa questão de roubo a caixas eletrônicos: a delegada Ana, o delegado Laurito Akira Sato, que é também um profissional competente, experiente e dedicado. Enfim, todas as equipes têm-se empenhado muito.

Nas últimas prisões ficou evidenciado que o PCC, deputado Padre Pedro Baldissera, criou uma escola do crime numa área rural entre Itajaí e Camboriú, montando com tonéis uma estrutura destinada a treinar os comparsas de como têm que

fazer a vigilância, como têm que andar, como têm que utilizar o fuzil etc.

Nós, catarinenses, estamos acompanhando esse problema grave que não é somente dos bancos, é também de segurança pública. Chegamos quase ao ponto de tirar um equipamento que hoje se tornou essencial para o cidadão para poder resolver o problema dos arrombamentos. Então, o problema é muito mais grave. A criminalidade está crescendo até porque, como já dissemos desta tribuna, os marginais têm migrado de outros estados para o nosso. Por isso precisamos fortalecer as instituições de combate ao crime, fortalecer a Polícia Militar, com o policiamento preventivo, e a Polícia Civil, na investigação, no combate e na identificação dessas quadrilhas.

É um trabalho demorado, porque depois do crime o local é periciado, são mapeados os veículos utilizados, é analisada a forma como os marginais agiram, e só depois é que a Polícia começa a montar o quebra-cabeça, a fazer monitoramento telefônico, para conseguir identificar os marginais. Citei o caso de um município, mas é um problema de todo o estado de Santa Catarina.

Assim sendo, precisamos agir com muito rigor, tanto que esse assunto está sendo veiculado em todos os jornais, uma vez que existe essa preocupação do cidadão catarinense, e isso tem que servir de alerta para todas as autoridades de segurança que precisam conscientizar-se de que o problema é mais grave e merece mais atenção do que está tendo.

Há necessidade urgente de valorizar o trabalho policial, de valorizar o agente de segurança pública. E tenho em mãos o mapa dos quadros da Polícia Civil dos últimos cinco anos. Em 2007, somente na Polícia Civil, houve a baixa de 133 policiais: oito falecimentos, 108 aposentadorias e 17 exonerações. Em 2001 tivemos sete falecimentos, 54 aposentadorias, 52 exonerações, ou seja, 113 baixas no total nos quadros da Polícia Civil do nosso estado. De 2007 até 2012, tivemos 766 baixas, num quadro de pouco mais de três mil policiais. Foi realizado em 2010 o maior concurso

da história da Polícia Civil, com 900 vagas. Esses policiais já foram nomeados, alguns já pediram exoneração, outros já saíram; então, dos 900 policiais aprovados em 2010, registramos 766, nos últimos 5 anos.

É preciso urgentemente um novo concurso para a Polícia Civil, assim como a Polícia Militar está fazendo. A Academia de Polícia, no governo Raimundo Colombo, promoveu a maior nomeação da história, 512 policiais. Desses, 345 compareceram, os demais aprovados já haviam passado em outros concursos ou não tiveram interesse em assumir. Quer dizer, é preocupante a questão da Segurança Pública.

Somado a tudo isso, existe a audácia e a violência dos marginais, e temos as baixas que as corporações estão tendo em seus quadros. Vemos no Congresso Nacional tramitando, e tenho acompanhado através das associações de policiais, da associação dos delegados, a nova lei sobre o abuso de autoridade. Somos a favor do respeito aos direitos humanos, e todo policial quer respeitar os direitos humanos, mas para combater esses marginais audaciosos e violentos muitas vezes é preciso usar do rigor e do cuidado necessário para que o policial não venha a ser mais uma vítima. Como diz aqui o deputado Paes Lira, em um debate: "Os projetos de lei merecem ampla reformulação. A vigente lei pode ser revista, mas sem a ótica de impedir o trabalho policial ou de acovardar ou encurralar um agente".

O agente hoje é oprimido, por um lado pela violência dos marginais, por outro lado pelo rigor da lei. Com medo de agir, vão acabar deixando a sociedade cada vez mais desprotegida, cada vez mais insegura. O policial responde criminal e administrativamente com a perda da função pública, com pena de prisão, com impedimento para o exercício das funções.

Então, srs. deputados, é muito preocupante a situação da criminalidade, e temos que cada vez mais reconhecer o trabalho das instituições policiais, a luta dos seus agentes para fazer o controle social, agindo sempre dentro da linha da

lei, respeitando todos os direitos constitucionais, mas, claro, agindo com a cautela e com o rigor necessários para que possa cumprir a sua missão sem colocar em risco a sua própria vida e a de todos os cidadãos catarinenses.

Então, trata-se de uma missão espinhosa e é muito mais importante do que se imagina o tema abordado anteriormente pelo deputado Serafim Venzon. Temos uma grande preocupação com a proteção dos agentes quando ocorre alguma denúncia de violência, de abuso de autoridade, porque não podemos fazer, de antemão, uma condenação sumária, temos que lhes dar o devido direito ao contraditório, à ampla defesa, de mostrar o que, efetivamente, foi feito naquela operação e o porquê das cautelas e da energia utilizada, respeitando sempre, é claro, a lei, mas valorizando e reconhecendo o direito de cada policial de, além de proteger a sociedade, resguardar a sua própria vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Esta Presidência agradece a presença nesta Casa dos bombeiros militares, voluntários, comunitários e dá-lhes as boas-vindas!

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

(Pausa)

Não havendo deputados do PT que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos seguintes projetos e que os mesmos terão seu encaminhamento conforme determina o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s 0503/2011 e 0572/2011, de autoria do deputado Darci de Matos.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Maurício Eskudlark, o próximo orador inscrito é o deputado Reno Caramori.

(Pausa)

Na ausência do deputado Reno Caramori, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, srs. deputados e sras. deputadas, na semana próxima passada tive a oportunidade de, juntamente com a comissão de Finanças e Orçamento desta Casa, fazer um roteiro relacionado ao Orçamento Regionalizado e participar das audiências públicas de São Miguel d'Oeste, Maravilha e Chapecó. Posteriormente, houve as audiências de Joaçaba e Caçador, mas em virtude do encontro da Fecam, aqui na capital, acabei deslocando-me para Florianópolis, a fim de participar do evento, até em função da Marcha dos Prefeitos que deverá acontecer em Brasília, na busca incansável de um novo pacto federativo, pacto este que permita aumentar a arrecadação dos municípios, posto que hoje 75% da receita de tributos ficam com o governo federal.

O que observei nessas audiências, sr. presidente? Que basicamente as reivindicações se referem à infraestrutura e à área da saúde. É um chamamento, um apelo que a sociedade catarinense faz reiteradamente quando das audiências do Orçamento Regionalizado.

Sr. presidente, acho que a partir deste ano as coisas serão diferentes, até porque acredito no comprometimento do governo do estado e no respeito que tem por este Parlamento. Assim, parece-me que as prioridades elencadas no Orçamento Regionalizado entrarão efetivamente no PPA e no Orçamento e virarão realidade.

Deputado Kennedy Nunes, com relação ao impacto que a nova alíquota de importação terá a partir de 1º de janeiro de 2013, sabemos que a repercussão financeira será grande, em virtude da queda da receita do ICMS. Com isso, evidentemente, será

reduzida a capacidade de investimento e de endividamento do estado e Santa Catarina.

Já externei desta tribuna que a estratégia do então governador Luiz Henrique para aumentar a arrecadação do estado foi interessante, mas nem precisaria ser bruxo para saber que no decorrer do tempo os demais estados da federação iriam contestar junto ao Confaz, Conselho Nacional de Política Fazendária, a fim de acabar com aquilo que chamam de concorrência desleal, mas que digo desproporcional, com relação às demais unidades federadas.

Ao mesmo tempo, o governo do estado não adotou à época uma política de investimentos específicos daqueles recursos arrecadados, utilizando-os para melhoria da infraestrutura, a fim de melhorar o escoamento da produção catarinense e automaticamente as exportações que fortalecem o PIB do estado e também a política econômica nacional.

Assim, por não ter feito esses investimentos na adequação e na modernização dos portos, dando-lhes musculatura e condições de competitividade no mercado globalizado, com a aprovação da Resolução n. 72 cairá a receita, e o estado se tornará ineficiente, com o agravante do inchaço da máquina pública.

E aqui fiz um apelo à base governista, na qual a bancada progressista está inserida, no sentido de dar uma contribuição ao governo do estado, que precisa necessariamente melhorar sua gestão e enxugar a máquina. Isso engloba vários setores, e poderíamos começar não pela extinção, mas pela redução do número de secretarias de Desenvolvimento Regional. Reduzindo o número de SDRs, poder-se-ia dar-lhes autonomia e capacidade de investimento, porque hoje são meras repassadoras, meras motivadoras, meras incentivadoras de pedidos que adentram aos Conselhos de Desenvolvimento Regional e que representam cerca de 100 vezes a capacidade do estado.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Valmir Comin, v.exa. faz um importante pronunciamento em relação às SDRs. Acredito que todos defendem a ideia da descentralização, pois quanto mais perto o governo estiver do povo melhor, mas não se pode criar estruturas caríssimas estado afora sem descentralizar os recursos. Mas foi o que aconteceu, e assim as secretarias de Desenvolvimento Regional se tornaram ineficientes.

Penso que este é o grande momento para o governo estadual rever essas estruturas e propor um novo modelo mais enxuto, mais ágil e efetivamente descentralizado.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta. Assim como v.exa. não sou contra as SDRs, muito pelo contrário, mesmo porque a bancada progressista entende que essa proposta foi reconhecida pelos catarinenses nas urnas. Mas esperávamos que fosse uma estrutura enxuta, com musculatura, com autonomia orçamentária para realmente executar as demandas.

Agora, diante da atual situação, este é o momento oportuno para que o governo pratique este gesto, tome uma posição com relação a essa questão e faça o enxugamento da máquina como um todo, não somente das SDRs, com isso dando musculatura e capilaridade para que os recursos, as ações, as soluções possam ser ampliadas para atender ao cidadão comum, que é quem paga impostos. E é para esse que temos o dever de fazer um governo eficiente para transmitir segurança e realizar as obras necessárias à melhoria da qualidade de vida do povo catarinense.

Era isso, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda em Explicação Pessoal, com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Gostaria de tratar de um tema semelhante ao que trouxe o deputado Valmir Comin à tribuna, mas sob outro ângulo.

Na verdade, quero fazer um exercício de reflexão com os catarinenses que têm ouvido diariamente que o governo federal tem massacrado Santa Catarina. Coitadinha de Santa Catarina!

Vamos supor uma situação concreta: uma servidora desta Casa que por uma falha em algum momento ou por algum deslize de qualquer natureza receba nos seus vencimentos um valor significativamente maior do que a lei lhe permite, vê essa situação se prolongar ao longo do tempo, mas em algum momento alguém percebe, denuncia e ela tem uma redução salarial.

Vocês acreditam que o justo seria reverter o salário conforme a lei determina ou seria acatar o argumento dessa suposta funcionária da Casa que diria: "Não, esse salário já é parte integrante do meu orçamento. Eu preciso dele para manter a minha casa."?

Ora, srs. deputados, o bom senso nos diz o óbvio, ou seja, que a legalidade deve ser preservada. Essa é a função dos Parlamentos, essa é a função dos governos, esse é o juramento de toda pessoa detentora de cargo público, especialmente os detentores de mandatos eletivos, uma vez que quando assumem juram cumprir a Constituição, abraçar a legalidade.

E essa lógica se aplica à questão da Resolução n. 72: ela não muda o Orçamento de Santa Catarina, ela restabelece a legalidade.

Hoje disseram que era coisa do PT. Eu não tenho procuração para falar em nome do Partido dos Trabalhadores, mas como integrante da base de apoio ao governo federal, reafirmo que todos os senadores, de todos os partidos, com exceção dos senadores dos três estados que praticavam a ilegalidade, aprovaram a Resolução n. 72.

Assim, o restabelecimento da legalidade tem que ser tão importante para nós quanto é a questão do nosso Orçamento, porque na tese hipotética que coloquei aqui precisamos compreender que aquela servidora não poderia ter usado da ilegalidade para manter o seu salário mais alto. E isso foi o que aconteceu em Santa Catarina.

Fala-se agora que um enxugamento da máquina pública é necessário em Santa Catarina. Nesse sentido, quero trazer para vocês alguns exemplos do que são as SDRs, as Secretarias de Desenvolvimento Regional.

Quero destacar aqui a fala do deputado Aldo Schneider, que disse que é preciso manter as SDRs de pé porque foi assim que ganharam o governo. À tarde vou usar mais da tribuna para falar sobre isso, mas para mim está claro qual é o papel das SDRs. Mas quero desde já ressaltar que as SDRs não são onerosas somente em função das suas instalações e do seu pessoal. Senão, vejamos: o custo de uma academia de ginástica ao ar livre é de R\$ 35.295,00 na SDR de Araranguá e de R\$ 60 mil na SDR de Criciúma. Já na SDR de Canoinhas custa R\$ 80 mil. Por que essa diferença de preços tão grande?

Eu trouxe para v.exas. um curioso extrato de um contrato que foi feito pela SDR da Grande Florianópolis com o sr. Gilmar Ricardo Bernardino, no valor de R\$ 48 mil. Mas sabe qual era o serviço a ser prestado? "Realização de ações de prevenção e repressão à prática da farra do boi".

Além disso, esse cidadão é beneficiado no 6º e no 7º Termo Aditivo ao Contrato n. 131/EDUC/2009. Inclusive, a prática de aditivos é comum não apenas nas SDRs. No Deinfra temos com a empreiteira Fortunato uma página inteira de aditivos de contrato, de R\$ 500 mil, de R\$ 147 mil, de R\$ 400 mil, de R\$ 200 mil e por aí vai. E dizem que é preciso fazer economia.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputada, quem melhor definiu essas secretarias de Desenvolvimento Regional foi um cidadão que hoje é governador. Ele afirmou que elas eram um verdadeiro cabide de empregos e, inclusive, fazia propaganda na televisão botando um armário com os cabides pendurados. Refiro-me ao atual governador Raimundo Colombo.

Com relação ao que v.exa. está falando sobre esses preços, na semana passada, no alto vale, os professores denunciaram o gasto para pintar os colégios: uma pintura que não deveria custar mais de R\$ 30 mil, foi feita por R\$ 110 mil, R\$ 120 mil.

Eu li a matéria no jornal na qual o secretário de Administração diz que precisa fazer economia e levar de volta cerca de 100 funcionários, como se daqui também não tivesse saído o mesmo número à disposição.

Esse cabidaco de empregos das SDRs nada mais é do que a farra do boi neste estado. Porque se bobear, essa empresa não encontrou os bois da farra até hoje.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Deputado, de fato não diz aqui o que é que houve com a farra do boi, mas dá uma impressão muito ruim, porque o governo agora terceiriza, inclusive, as funções de estado sem licitação.

Na semana passada, deputado Jailson Lima, eu também falei na tribuna sobre vários outros gastos, todos das SDRs. E vou socorrer-me de um membro do governo, nomeado pelo governador Raimundo Colombo, o ex-secretário da Educação, Marco Tebaldi, que dizia ainda como secretário que era impossível fazer política pública com o formato das secretarias, porque o secretário de uma região é de um partido, o da outra região é de outro e entram muitos interesses em jogo. Assim, ele dava uma ordem que lá na ponta não servia.

É claro que nem tudo na vida é oito ou oitenta, quase tudo na vida tem uma gama enorme de variedades. Mas tenho certeza de que existem SDRs que estão fazendo um trabalho importante. Com o que não podemos concordar é com as 36 SDRs, ao mesmo tempo em que o governo faz um discurso de economia.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputada, quero somente frisar o que v.exa. falou sobre o secretário Marco Tebaldi.

Fiz pessoalmente uma reclamação ao governador de um fato que ocorreu em Joinville, onde integrantes da SDR tentaram fazer de tudo para que não fosse liberado R\$ 1 milhão para o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt porque a indicação era minha. Isso é verdade. E levei ao governador os nomes, provei, essa é uma verdade! A picuinha, a politicagem devasta, é nojenta! E esse dinheiro serviu para reabrir quatro salas de cirurgia no Hospital Regional, que estavam fechadas desde 2002.

Veja v.exa. como é essa questão da política partidária, da intriga partidária em relação ao que acontece nas SDRs.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Obrigada, deputado.

Estou tratando desse tema porque é preciso que se restabeleça a verdade. Todos os partidos políticos do país votaram pela aprovação da Resolução n. 72, que restabeleceu a legalidade em Santa Catarina. Não podemos tratar o tema nesse simplismo, como tem sido encampado: coitadinho do governo do estado! Que malvado o governo federal! Isso é brincar com o povo catarinense. E já foi uma brincadeira o que foi feito aqui. Até para esclarecer a quem está em casa, para fazer qualquer redução desse tipo é preciso o aval do Conselho Fazendário Nacional, e Santa Catarina não o fez, sabendo que é ilegal.

Portanto, queremos aproveitar este momento para fazer uma reflexão sobre o que é importante para Santa Catarina.

Para os professores dizem que não há dinheiro, mas há até para terceirizar a repressão à farra do boi.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência agradece a presença dos visitantes nesta sessão, bem como aos funcionários da TVAL, ao pessoal da Polícia Militar que dá

segurança a esta Casa, aos servidores que trabalham no plenário e às assessoras da Mesa Diretora.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Quero apenas esclarecer que o que aconteceu hoje pela manhã foi a reunião da comissão de Constituição e Justiça, na qual foi aprovada a admissibilidade da PEC que às 16h vai ser apreciada na Ordem do Dia da sessão. Não será necessário quórum qualificado, bastará maioria simples, ou seja, metade mais um dos presentes, para aprovar a admissibilidade.

É bom esclarecermos isso porque algumas pessoas pensaram que o que ocorreu pela manhã foi uma sessão, mas foi apenas uma reunião da comissão de Constituição e Justiça. E por isso nem todos os deputados estavam participando, uma vez que nem todos fazem parte da mesma.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda para efeito de esclarecimento, à tarde teremos a votação da admissibilidade da PEC, que sendo aprovada retornará às comissões para que seja analisado o seu mérito. Aprovado o mérito, retornará ao plenário, quando será votada em definitivo.

Esta Presidência, agradecendo a presença dos amigos de Joinville, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para hoje à tarde, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.